Ementa : Trata acerca de união estável do companheiro (a) para efeito de concessão de pensão vitalícia. Torna insubsistente o disposto no no Ofício nº 31/2002-COGLE/SRH/MP, março de 2002.

Ofício nº 133/2002-COGLE/SRH/MP

Brasília, 20 de maio de 2002.

Senhor Coordenador-Geral,

Encaminhamos resposta à consulta formulada por essa Coordenação solicitando esclarecimentos sobre as questões, abaixo relacionadas, na verificação da comprovação de união estável do companheiro(a), para efeito de concessão de pensão vitalícia, nos termos do art. 217, alínea “c”, da Lei nº 8.112, de 1990.

“a) Uma vez ausente a designação na pasta de servidor, mas comprovada a união estável, pode ser deferido o pedido de pensão à companheiro(a), por meio de declaração de união estável?
b) Se possível, pode ser utilizado o mesmo critério da Instrução Normativa nº 50/2001, do INSS?

2. Verificando o disposto no art. 217, alínea “c” da Lei nº 8.112, de 1990, constatamos que podem ser enquadrados como beneficiários de pensão apenas “o companheiro ou a companheira que comprove união estável como *entidade familiar*, assim entendida a “união estável entre o homem e a mulher” ou entre “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, na forma preconizada nos §§ 3º e 4º do art. 226 da Constituição Federal de 1988.

3. Em relação à Apelação Civil Pública nº 47697/98- 4ª-Vara Cível, de origem do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, trazida aos autos, firmando entendimento de que a falta de designação não elide o direito à pensão do companheiro, esclarecemos que a “a sentença faz coisa julgada entre as partes às quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros”, conforme disposto no Código de Processo Civil.

4. Também a título de subsídio para o deslinde da questão informamos alguns entendimentos já firmados sobre o assunto:

4.1 O Parecer DRH/SAF nº 344/92, de 10.8.92, publicado no Diário Oficial da União de 2.9.92, tratou especificamente da companheira, dependente econômica do servidor falecido, não designada especificamente para efeito de percepção do benefício pensional, assim especificando:

A Sua Senhoria o Senhor

ALBERTO FERREIRA COTTS

Coordenador-Geral de Recursos Humanos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Brasília-DF

“Há de se observar que, embora o servidor não tenha efetuado a designação específica de sua companheira para fins de percepção de pensão pós morte, consta de seus assentamentos funcionais a indicação dela como dependente, inclusive para fins de imposto de renda, efetuada pelo servidor falecido, o que prova sua intenção de protegê-la. No caso, o registro autorizado do servidor é de molde a suprir a designação formal.

4 As certidões de nascimento dos filhos comuns do servidor e de sua companheira confirmam a existência de união estável entre eles, capaz de merecer, nos termos do § 3º do art. 226 da C. f. de 1988, a proteção do Estado.”

4.2 A Decisão 215/99-TCU-Iª Câmara, publicada em 29/10/99, ressaltou que “..... a lei não incluiu a companheira diretamente no rol dos beneficiários, apenas deu ao funcionário a faculdade de lhe destinar a pensão, se satisfeitos certos requisitos e, ainda, destacou que o “Supremo Tribunal Federal, ao decidir em Mandados de Segurança impetrados contra decisões deste Tribunal, tem reiterado seu entendimento no sentido de que essa Corte de Contas não pode “exercitar a faculdade que a lei dera ao instituidor.”

5. De qualquer forma, sugerimos que essa Coordenação-Geral proceda a análise de caso a caso, aplicando os entendimentos do Tribunal de Contas da União, em relação às provas que podem ser usadas quando não há a designação formal do beneficiário para fins de pensão, mas verifica-se em outros documentos a intenção clara do servidor de amparar economicamente a companheira (o)

6. Assim sendo, respondendo às indagações formuladas:

a) comprovada a união estável entre as entidades familiares relacionadas no art. 226 da Constituição Federal, sugerimos observar em Decisões do TCU, os documentos passíveis de comprovar que em vida o companheiro ou companheira vivia às expensas do instituidor; caracterizando, assim, a dependência econômica do ex-servidor, como se verifica no item 8.2.4 da Decisão nº 729/97-TCU-Plenário, publicada em 10/11/97, que cuidou da comprovação de dependência econômica de pessoa maior de 60 anos não designada pelo instituidor da pensão.

b) A legislação previdenciária, sobretudo o § 3º do art. 22 do Decreto nº 3.048, de 6/5/99, somente poderá ser aplicado como legislação subsidiária, quando da inexistência de designação formal na ficha funcional do servidor, em face do estatuído no art. 241 da Lei nº 8.112, de 1990, bem como a documentação comumente aceita pelo Tribunal de Contas da União, que é o órgão constitucionalmente responsável pela homologação de aposentadorias e pensões.

7. Fica insubsistente o disposto no OF Nº 31/2002-COGLE/SRH/MP, datado de 5 de março de 2002.

Atenciosamente,

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO
Coordenadora-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação